

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA

Nome do Candidato (a): _____
Domingo, 21 de maio de 2023.

INSTRUÇÕES

Verifique, no caderno de prova, se faltam folhas, se a sequência de questões, está correta e se há imperfeições gráficas que possam causar dúvidas. Para cada questão são apresentadas 4 (cinco) alternativas diferentes de respostas (A, B, C, e D). Apenas uma delas constitui a **resposta correta** em relação ao **enunciado da questão**. Utilize somente **caneta esferográfica com tinta azul ou preta**. Questões em branco ou que contenham mais de uma resposta ou rasuras **SERÃO DESCONSIDERADAS**. As observações ou marcações registradas no caderno das questões objetivas não serão levadas em consideração. Para as questões discursivas utilize o espaço disponível.

A prova sem consulta **será aplica no dia 21 de maio das 18h às 21h**. Os três últimos candidatos devem permanecer na sala até a entrega da última prova.

É PROIBIDO O USO DE TELEFONES CELULARES E FOTOGRAFAR A PROVA.

CARTÃO RESPOSTA				
1	A	B	C	D
2	A	B	C	D
3	A	B	C	D
4	A	B	C	D
5	A	B	C	D
6	A	B	C	D
7	A	B	C	D
8	A	B	C	D
9	A	B	C	D
10	A	B	C	D
11	A	B	C	D
12	A	B	C	D
13	A	B	C	D
14	A	B	C	D
15	A	B	C	D
16	A	B	C	D
17	A	B	C	D
18	A	B	C	D
19	A	B	C	D
20	A	B	C	D
21	A	B	C	D
22	A	B	C	D
23	A	B	C	D
24	A	B	C	D
25	A	B	C	D
26	A	B	C	D
27	A	B	C	D
28	A	B	C	D
29	A	B	C	D
30	A	B	C	D
31	A	B	C	D
32	A	B	C	D
33	A	B	C	D
34	A	B	C	D
35	A	B	C	D
36	A	B	C	D
37	A	B	C	D
38	A	B	C	D
39	A	B	C	D
40	A	B	C	D

As questões 04, 07 e 26 foram anuladas por não conter uma resposta correta

PROVA

01 Assinale a alternativa CORRETA em relação ao Conselho Tutelar.

A) O Conselho Tutelar é órgão provisório e autônomo, jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e dos adolescentes.
B) Lei federal disporá sobre o local, dia e horário de funcionamento do Conselho Tutelar, inclusive quanto à remuneração dos respectivos membros.

C) O exercício efetivo da função de conselheiro constituirá serviço público relevante e estabelecerá presunção de idoneidade moral.

D) Em cada Município haverá, no mínimo, 2 (dois) Conselhos Tutelares como órgão integrante da administração pública local, composto de 10 (dez) membros, escolhidos pela população local para mandato de 8 (quatro) anos, não sendo permitida recondução.

02. As decisões do Conselho Tutelar somente podem ser revistas:

A) Pela autoridade judiciária a pedido de quem tenha interesse legítimo.

B) Pelo Ministério Público a pedido de qualquer membro da sociedade.

C) As decisões do Conselho Tutelar, quando unânimes, não podem ser revistas.

D) Pelo Poder Executivo Municipal a pedido de quem tenha interesse legítimo.

03. Assinale a alternativa que NÃO apresenta uma atribuição do Conselho Tutelar, conforme artigo 136 do ECA:

A) Atender e aconselhar os pais ou responsável.

B) Encaminhar ao Poder Executivo Municipal notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente.

C) Promover a execução de suas decisões, podendo requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança.

D) Representar ao Ministério Público para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar, após esgotadas as possibilidades de manutenção da criança ou do adolescente junto à família natural.

04. Nos termos do artigo 140 do ECA, alguns parentes estão impedidos de servir no mesmo

Conselho Tutelar. Assinale a alternativa que NÃO indica um deles:

A) Marido e mulher e padrasto ou madrasta e enteado.

B) Ascendentes e descendentes e irmãos.

C) Primos e primas e cunhados, mesmo após o cunhadio.

D) Sogro e genro ou nora e tio e sobrinho.

05. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) institui no seu artigo 4.º, que é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. Para tanto, a garantia de prioridade compreende:

I. Primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias.

II. Precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública.

III. Proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais que assegurem o desenvolvimento físico.

IV. Destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude;

V. Preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;

Está correto o contido em:

A) I, II e III, apenas.

B) I, II, IV e V, apenas.

C) I, II, III e IV, apenas.

D) II, III, IV e V, apenas.

06. O Estatuto da Criança e do Adolescente dispõe sobre a política de proteção integral à criança e ao adolescente, a saber:

I. A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento após os vinte e um anos de idade.

II. É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à

profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

III. A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana.

IV. Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Segundo o ECA, está correto o contido em:

A) I, II, III e IV.

B) II, III e IV, apenas.

C) I, III e IV, apenas.

D) I, II e III, apenas.

07. Ao tratar do Direito à Convivência Familiar e Comunitária, o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n.º 8.069, de 13.07.90) dispõe que:

A) O poder familiar será exercido, preferencialmente, pela mãe, podendo ser compartilhado com o pai na forma do que dispuser a legislação civil, assegurado a qualquer um deles o direito de, em caso de discordância, recorrer à autoridade judiciária competente para a solução da divergência.

B) Aos pais ou ascendentes diretos (avós, tios) incumbe o dever de sustento, guarda e educação dos filhos menores, cabendo-lhes ainda, no interesse da sociedade, a obrigação de cumprir e fazer cumprir as determinações judiciais.

C) A falta ou a carência de recursos materiais constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do poder familiar.

D) Os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação.

08. A professora de educação infantil de escola pública colocou uma criança de quatro anos de castigo, com os braços abertos, na frente da classe. O pai fez Boletim de Ocorrência e a denunciou ao Ministério Público. Nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente, a atitude da professora pode ser enquadrada como:

A) Compatível com as normas previstas para a educação escolar, portanto, isenta de qualquer culpa.

B) Medida punitiva prevista em lei e fundada em princípio educacional, que deve ser julgada à luz dos fatos que a provocaram.

C) Infringência à lei, que prega o dever de todos velarem pela dignidade da criança.

D) Medida educativa prevista para casos de indisciplina e de desobediência, especificamente quando ocorre com professores, em sala de aula.

09. Considera-se criança, para os efeitos da Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990:

A) a pessoa com doze anos de idade completos;

B) a pessoa até doze anos de idade incompletos;

C) a pessoa até onze anos de idade completos;

D) a pessoa até onze anos de idade incompletos.

10. Para candidatar-se a membro do Conselho Tutelar, serão exigidos do candidato os seguintes requisitos, conforme artigo 132 do ECA:

A) reconhecida idoneidade moral;

B) idade superior a 21 anos;

C) residir no Município;

D) todas as alternativas anteriores.

11. São atribuições do Conselho Tutelar, EXCETO:

A) Promover a execução de suas decisões, podendo para tanto: requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança. Representar junto à autoridade judiciária nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações.

B) Encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente.

C) Expedir notificações.

D) Elaborar o orçamento para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente.

12. Marque a questão INCORRETA. É proibida a venda à criança e adolescente de:

A) armas, munições e explosivos;

B) bebidas alcoólicas;

C) bilhetes lotéricos e equivalentes;

D) revistas de interesse científico.

13. Marido e Mulher podem servir no mesmo Conselho Tutelar? Assinale a alternativa CORRETA:

A) Sim, comprovado a união em certidão de casamento oficial pelo cartório.

B) Sim, desde que não sejam em certidão de casamento oficial pelo cartório.

C) Não, baseado no artigo 140 do ECA.

D) Não, no entanto poderá ser aberto precedente se optarem em trabalhar em horários diferenciados.

14. Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente quais medidas descritas abaixo?

I – Advertência.

II – Obrigação de reparar o dano.

III – Prestação de serviços à comunidade.

IV – Liberdade assistida.

V – Inserção em regime de semi-liberdade.

VI – Internação em estabelecimento educacional.

A) Apenas os itens I, II, III, IV.

B) Apenas os itens I, II, IV.

C) Apenas os itens I, II, III, IV, V.

D) Todas as medidas citadas acima.

15. Os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental comunicarão os casos ao Conselho Tutelar: Marque a alternativa INCORRETA.

A) Maus tratos envolvendo seus alunos.

B) Reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, esgotados os recursos escolares.

C) Elevados níveis de repetência.

D) Notas abaixo da média.

16. Criança e Adolescente devem ser considerados “PRIORIDADE ABSOLUTA” em quaisquer circunstâncias. Considerando-se este aspecto do Estatuto da Criança e do Adolescente, a garantia de prioridade compreende: Marque a alternativa INCORRETA:

A) Primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;

B) Escolher onde e com quem morar, bem como definir seu horário escolar;

C) Preferência na formulação e na execução das Políticas Sociais Públicas;

D) Destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

17. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n.º 8.069/1990 e alterações posteriores), as gestantes ou mães que manifestem interesse em entregar seus filhos para adoção serão obrigatoriamente encaminhadas:

A) à Justiça da Infância e da Juventude.

B) ao Conselho Tutelar.

C) às Instituições Sociais.

D) a Famílias Substitutas.

18. Preencha com V para verdadeiro e F para Falso:

() O Conselho Tutelar poderá requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário, podendo fazê-lo diretamente, sem autorização judicial;

() Enquanto não instalados os Conselhos Tutelares, as atribuições a eles conferidas serão exercidas pela autoridade judiciária;

() Em cada Município haverá somente um Conselho Tutelar, composto de cinco membros, escolhidos pela comunidade local para mandato de três anos, permitida uma recondução;

() É de competência de o Conselho Tutelar requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança;

() Reconhecida idoneidade moral, idade superior a vinte e um anos e residir no município são os requisitos exigidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente para a candidatura a membro do Conselho Tutelar.

A) V, F, F, V, V

B) V, V, F, V, V

C) F, V, F, V, V

D) F, V, V, V, V

19. No dia 13 de julho de 2023, o Estatuto da Criança e do adolescente, Lei Federal nº 8069 completará:

A) 33 anos

B) 23 anos

C) 13 anos

D) 15 anos

20. Segundo o art. 19, § 2º do ECA, toda criança ou adolescente que estiver inserido em programa de acolhimento institucional, sua permanência não se prolongará por mais de:

A) 08 (oito) meses;

B) 06 (seis) meses;

C) 18 (dezoito) meses;

D) 02 (dois) anos.

21. É proibido qualquer trabalho a menores de _____, salvo na condição de aprendiz (artigo 60 ECA)

A) 13 anos;

- B) 18 anos;
- C) 14 anos;**
- D) 17 anos.

22. O poder familiar será exercido pelo pai e pela mãe, com: (Art. 21)

- A) prioridade da Mãe;
- B) prioridade do Pai;
- C) igualdade de condições;**
- D) prioridade do mais velho;

23. De acordo com a Lei 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária é dever:

- A) exclusivo da família.
- B) exclusivo da comunidade.
- C) exclusivo do poder público.
- D) da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público.**

24. Com base na Lei 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, a ação de natureza disciplinar ou punitiva aplicada com o uso da força física sobre a criança ou o adolescente que resulte em sofrimento físico ou lesão é o conceito de:

- A) Cuidado.
- B) Educação.
- C) Orientação.
- D) Castigo físico.**

25. De acordo com a Lei 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, a conduta ou forma cruel de tratamento em relação à criança ou ao adolescente que humilhe, ou ameace gravemente, ou ridicularize, é considerado:

- A) Apadrinhamento.
- B) Tratamento cruel ou degradante.**
- C) Ação civil pública.
- D) Tratamento de transtorno de conduta.

26. Sobre a adoção, prevista na Lei 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, é correto afirmar:

- A) É permitida a adoção por procuração.
- B) O adotante há de ser, pelo menos, dezoito anos mais velho do que o adotando.**
- C) A morte dos adotantes restabelece o pátrio poder familiar dos pais naturais.
- D) Para adoção conjunta, é indispensável que os adotantes sejam casados civilmente ou mantenham união estável, comprovada a estabilidade da família.

27. De acordo com a Lei nº 8.069/90, é assegurado a todas as mulheres o acesso aos programas e às políticas de saúde da mulher e de planejamento reprodutivo e, às gestantes, nutrição adequada, atenção humanizada à gravidez, ao parto e ao puerpério e atendimento pré-natal, perinatal e pós-natal integral no âmbito do(a):

- A) Sistema Único de Assistência Social.
- B) Estatuto da Criança e do Adolescente.
- C) Lei Orgânica da Assistência Social.
- D) Sistema Único de Saúde.**

28. Conforme consta no artigo 19 da Lei nº 8.069/90, é assegurado, à criança e ao adolescente, a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral, tendo direito a ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente:

- A) Em família substituta.**
- B) Nos orfanatos públicos.
- C) Em lares provisórios.
- D) Por outros parentes.

29. As medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos na Lei nº 8.069/90 forem ameaçados ou violados..... Assinale a alternativa INCORRETA:

- A) Por ação ou omissão da sociedade ou do Estado.
- B) Em razão de sua conduta.
- C) Por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável.
- D) Em razão de sua condição de saúde mental.**

30. Verificada a hipótese de maus-tratos, opressão ou abuso sexual impostos pelos pais ou responsável, a autoridade judiciária poderá determinar, como medida cautelar, o:

- A) O amparo da criança ou adolescente em abrigo provisório.

B) O encarceramento definitivo do responsável pela agressão.

C) Afastamento do agressor da moradia comum.

D) Encaminhamento direto e incontestável para adoção.

31. Segundo a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes Básicas de Educação-LDB, a educação básica, nos níveis fundamental e médio, deve ter um período mínimo de dias de efetivo trabalho escolar, excluindo o tempo reservado aos exames finais, quando houver, que corresponde a:

A) 180 dias

B) 190 dias

C) 200 dias

D) 210 dias

32. A Constituição Federal de 1988, bem como as leis infraconstitucionais como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e o Estatuto da Criança e do Adolescente preconizam que o acesso ao ensino fundamental é direito público subjetivo. Assim sendo, trata-se de um direito:

A) Substituível

B) limitado

C) prescritível

D) irrenunciável

33. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), regulamentada pela Lei n. 9.394 de 20 de Dezembro de 1996, o ensino será ministrado nos seguintes princípios:

I- igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.

II- pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas.

III- gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino.

IV- consideração com a diversidade étnico-racial.

V- zelar pela aprendizagem dos alunos.

Está(ão) correta(s):

A) I, apenas

B) IV e V apenas

C) I, II, III, IV apenas

D) todas as alternativas estão corretas

34. A educação é um complexo constitutivo da vida social, que tem uma função social importante na dinâmica da reprodução social. De acordo com a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - a

Educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade:

A) A qualificação do educando para o trabalho, seu desenvolvimento pedagógico e cultural e estímulo ao pensamento crítico.

B) O pleno desenvolvimento do educando, sua vinculação ao mercado de trabalho e sua qualificação para o desenvolvimento de pensamento crítico e propositivo.

C) O preparo do educando para o mundo do trabalho, para o desenvolvimento do pluralismo de ideias e sua qualificação para a prática social.

D) O pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

35. Imbuia possui uma rede de atendimento bem definida e com profissionais técnicos nas três secretarias, assistência, saúde e educação. No caso de uma criança estar com seu direito violado (agressão física), está família deve ser encaminhada a qual equipe:

A) equipe técnica do CRAS

B) equipe técnica da Proteção Social Especial, na Assistência

C) equipe técnica do Fórum

D) equipe técnica do Estado

36. Imbuia possui uma rede de atendimento bem definida e com profissionais técnicos nas três secretarias, assistência, saúde e educação. No caso de uma criança ou adolescente com indisciplina escolar, está família deve ser encaminhada a qual equipe:

A) equipe técnica do CRAS

B) equipe técnica da Proteção Social Especial, na Assistência

C) equipe técnica do Fórum

D) equipe técnica da Educação

37. Imbuia possui uma rede de atendimento bem definida e com profissionais técnicos nas três secretarias, assistência, saúde e educação. No caso de uma criança ou adolescente com conflitos familiares, está família deve ser encaminhada a qual equipe:

A) equipe técnica do CRAS

B) equipe técnica da Proteção Social Especial, na Assistência

- C) equipe técnica do Fórum
- D) equipe técnica da Educação

38. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de: assinale a alternativa correta:

- A) elaborar mais não executar sua proposta pedagógica;
- B) administrar seu pessoal, mas não seus recursos materiais e financeiros;
- C) não se articular com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola;
- D) promover medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência, especialmente a intimidação sistemática (**bullying**), no âmbito das escolas

39. De acordo com o Art. 4º da LDB é dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: assinale a alternativa INCORRETA:

- A) educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade.
- B) educação infantil gratuita às crianças de até 5 (cinco) anos de idade;
- C) atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino;
- D) Não aceitar matrícula quando a criança possui deficiência

40. Art. 100. Na aplicação das medidas levar-se-ão em conta as necessidades pedagógicas, preferindo-se aquelas que visem ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. Assinale a alternativa abaixo que NÃO é um dos princípios:

- A) condição da criança e do adolescente como sujeitos de direitos: crianças e adolescentes são os titulares dos direitos previstos nesta e em outras Leis, bem como na Constituição Federal;
- B) proteção integral e prioritária: a interpretação e aplicação de toda e qualquer norma contida nesta Lei deve ser voltada à proteção integral e prioritária dos direitos de que crianças e adolescentes são titulares;
- C) interesse superior da criança e do adolescente: a intervenção deve atender prioritariamente aos interesses e direitos da criança e do adolescente, sem prejuízo da

consideração que for devida a outros interesses legítimos no âmbito da pluralidade dos interesses presentes no caso concreto;

D) responsabilidade parental: a intervenção deve ser efetuada de modo que os pais não assumam os seus deveres para com a criança e o adolescente.